ESTAÇÃO DIVERSIDADE Nº10

Uma publicação do Sindicato dos Metroviários e Metroviárias de SP

NOVEMBRO/DEZEMBRO /2026 e JANEIRO/2027

www.metroviarios.org.br /MetroviariosSP /metroviarios_SP FENAMETRO

>> NOVEMBRO NEGRO

Dia Nacional da Consciência Negra!



O dia 20 de novembro é celebrado no Brasil em alusão ao aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, tendo sido instituído oficialmente como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra pela Lei nº 12.519/2011

Essa data vem sendo, historicamente, debatida pelos movimentos sociais como um contraponto ao dia 13 de maio de 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea (o fim oficial da escravidão). Porém, no período em que instituíram essa lei, grande parte da população negra já estava livre e sem nenhum tipo de garantia de sobrevivência. O dia 13 de maio não representa a luta histórica do nosso povo; pelo contrário, é um dia de denúncia e de luta por reparações.

Quem foi Zumbi dos Palmares?

Zumbi dos Palmares foi um líder do Quilombo dos Palmares, localizado no atual território de Alagoas, e foi assassinado em 20 de novembro de 1695.

Sua luta começou aos 15 anos, quando retornou ao Quilombo dos Palmares e organizou a resistência contra o regime escravista colonial. Sua memória nos deixa diversos legados — de organização, luta e resistência — como um líder que dedicou sua vida à liberdade de seu povo.



Papel das mulheres no quilombo

No Quilombo dos Palmares, as mulheres foram fundamentais para a estruturação política, militar e econômica da comunidade, tendo em Dandara dos Palmares o principal emblema dessa luta armada e coletiva. Durante os quase cem anos de resistência do quilombo, a liderança feminina foi decisiva tanto para proteger o território quanto para manter vivas as tradições afro-brasileiras diante do regime escravista colonial.

Esse legado se reflete na atualidade: as mulheres negras continuam na linha de frente das mobilizações por resistência e reparação histórica, justamente por serem as mais atingidas pela interseção entre o racismo e o machismo.

Segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2026, elas representam 65,1% das vítimas de feminicídio no Brasil — um índice significativamente superior ao das mulheres brancas, que somam 34% dos registros. Embora constituam 56% da população feminina do país, as mulheres negras permanecem na base da pirâmide socioeconômica, sofrendo os efeitos de uma estrutura marcada pela opressão e pela exploração. Essa disparidade fica evidente na diferença salarial: enquanto a renda per capita média dos homens brancos chega a R$ 2.844,21, a das mulheres negras não ultrapassa R$ 1.402,18, correspondendo a cerca de metade desse valor.

Somado a isso, quem consegue um emprego enfrenta a precarização e ambientes laborais degradantes, com muitos trabalhadores submetidos a situações análogas à escravidão em pleno século XXI. No mercado formal, a população negra compõe a ampla maioria dos profissionais sujeitos à jornada 6x1, tendo as mulheres negras como o grupo mais afetado por esse regime. Diante disso, a extinção da escala 6x1, ocorrida em outubro deste ano, representou, de fato, uma conquista significativa para a classe trabalhadora. Contudo, ainda é necessário mobilizar esforços para assegurar sua efetiva aplicação na prática, cuja fase inicial está prevista para ter início agora, em dezembro.



REPARAÇÃO

Quando falamos de reparação, estamos propondo, de fato, que as consequências da escravidão no Brasil, na era colonial, sejam reparadas financeira, social e politicamente



As sequelas desse período escravista deixaram importantes marcas, resultando no grande número de desemprego entre negros e negras — que, entre as pessoas pretas, é de 6,9% e, entre as pardas, de 6,1%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Entre a população negra, o índice de mortes por homicídio ultrapassa em 170,3% o registrado entre pessoas não negras. No Brasil, um homem negro corre aproximadamente o triplo de risco de ser vítima de assassinato por arma de fogo, sendo que a maior parte dessas mortes atinge jovens do sexo masculino com idades entre 15 e 29 anos.

Segundo o relatório de 2026 do Observatório Brasileiro das Desigualdades, as pessoas negras representam 69,6% da população carcerária no Brasil — o que equivale a mais de 530 mil indivíduos privados de liberdade. De acordo com o documento, esses números evidenciam um cenário de encarceramento em massa que recai majoritariamente sobre jovens negros, moradores de áreas periféricas e com baixos índices de renda e escolaridade. Os dados apontam ainda que a faixa etária de 18 a 29 anos corresponde a aproximadamente 43% de todos os detentos do sistema prisional brasileiro.



Recentemente, foi retomado o debate sobre a redução da maioridade penal, que foi tema polêmico nas eleições presidenciais de 2026. A extrema direita, liderada por Bolsonaro, já não traz novidade ao defender a redução para 14 anos; porém, o que nos surpreendeu foi que o presidente Lula se posicionou a favor da redução para 16 anos em casos hediondos.

Essa proposta não resolve o problema da criminalidade, pois é mais uma política de encarceramento em massa que serve apenas para punir e não para solucionar a questão, que é social e muito mais complexa do que reduzir a idade penal. Além disso, sabemos que os mais afetados nessa história são os jovens negros das periferias.



Esses são exemplos de mais de 400 anos de escravidão da população negra no Brasil, que causaram diversas desigualdades sociais, além das ideologias racistas, machistas e LGBTfóbicas, que são propagadas como resquícios da escravidão e da manutenção do capitalismo — sistema o qual sustentou e sustenta a exploração e a opressão da classe trabalhadora.

SINDICATO DOS METROVIÁRIOS e METROVIÁRIAS SP

EXPEDIENTE: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de SP. ***Sede:*** R. Padre Adelino 700 – Belém. CEP 03303-000 – São Paulo – SP. ***Fone:*** (11) 2095-3600. ***E-mail:*** sindicato@metroviarios-sp.org.br.

Presidente: Dagnaldo Gonçalves Pereira. ***Secretaria de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero:*** Luna Marchesi Leal Amorim. ***Secretaria de Assuntos da Discriminação Racial:*** Maria Clara Pereira Soares. ***Secretaria de Assuntos da Situação da Mulher:*** Babi Borges. ***Diretor de Imprensa:*** William Lima Felipe. ***Arte:*** Maria Figaro, MTb 25.888-SP.

Tiragem: 500 exemplares. ***www.metroviarios.org.br***

JÁ!



Imagens: Agência Pública

Imagens/arte: David Amen





» Derrotamos a extrema direita nas urnas, e agora?

Embora a extrema direita tenha sofrido uma derrota eleitoral, o bolsonarismo permanece ativo, disseminando discursos de ódio e preconceito — como racismo, machismo, misoginia, LGBTIfobia e capacitismo — direcionados a negros, mulheres, indígenas, pessoas LGBTI+ e pessoas com deficiência (PCDs), grupos historicamente marginalizados e explorados sob o capitalismo



Foto: Ricardo Stuckert

Ainda que o cenário de barbárie social fosse se agravar sob um eventual governo de Flávio Bolsonaro, a gestão anterior de Lula também não atendeu aos interesses da população negra.

Neste Novembro de 2026, o cenário político é marcado pelo período pós-segundo turno eleitoral, no qual pessoas negras da classe trabalhadora — com destaque para a juventude — ocuparam as ruas de todo o Brasil em grandes mobilizações contra a extrema direita, visando impedir o retorno de um governo ligado ao bolsonarismo. Essa possibilidade, representava um risco de retrocesso nos direitos sociais, alinhado à gestão de Donald Trump nos Estados Unidos — marcada por posturas racistas, xenofóbicas, ataques a imigrantes e pressões contra a soberania nacional.

A reeleição de Lula, conquistada de virada no segundo turno, deu-se principalmente pelo protagonismo dos trabalhadores negros, do conjunto da classe trabalhadora e da juventude, que assumiram o compromisso de barrar a chegada de Flávio Bolsonaro à Presidência.

Mesmo após a vitória da classe trabalhadora nas urnas, a violência e os homicídios contra as populações negra e indígena continuam em ritmo acelerado no Brasil. Exemplos dessa realidade incluem as mortes de trabalhadores negros em todo Brasil, os assassinatos de indígenas no Mato Grosso do Sul, as agressões físicas contra quilombolas e a violência direcionada à população LGBTI+ — com destaque para as pessoas trans, que seguem sendo vítimas recorrentes de transfeminicídios no país.



Foto: arquivo/Sindicato

O que os metroviários têm a ver com esse debate?

Além de compormos apenas 27% de negros na categoria — e, dentro desse percentual, apenas 7% serem mulheres negras, segundo dados próprios do Metrô (Censo de Diversidade 2022) —, a desigualdade fica ainda mais evidente ao observarmos outros setores

Se compararmos com os trabalhadores das empresas terceirizadas, esse cenário se inverte: a maioria do seu quadro é composta por mulheres, pessoas negras e LGBTIs, com salários rebaixados. Essa divisão é proposital para fragmentar a categoria entre metroviários e terceirizados, com o objetivo de aplicar a política de privatização, na qual quem ganha são os empresários e os governantes.

A luta por igualdade de gênero e raça começa com a oferta de oportunidades iguais para todos. Não é o que observamos; temos um ambiente onde ocorrem incontáveis casos de assédio moral e sexual..

Além da contratação, outro tema a ser debatido no interior da categoria é a formação e o treinamento sobre diversidade. Por isso, em nosso acordo coletivo, já propusemos diversas vezes a possibilidade de o sindicato participar das formações. Achamos importante a incorporação dos trabalhadores — que estão constantemente lidando com esses temas — nesses espaços, para fortalecer a discussão e fazer com que a nossa atuação profissional seja combativa e respeitosa entre nós e com a população.

Dados do Instituto Locomotiva de 2022, 33% dos negros entrevistados relataram ter sofrido racismo no transporte público, enquanto 65% dos trabalhadores negros do setor foram vitimas de preconceito durante o expediente.

Precisamos reverter esse cenário de abandono do Metrô em relação à opressão! Queremos participar da elaboração das formações de diversidade! Exigimos a efetivação das trabalhadoras terceirizadas; salário igual para trabalho igual; a abertura imediata de concurso público com cotas raciais, para mulheres, PcDs e pessoas trans! Chega de precarização do nosso trabalho!

Lutar pela manutenção do transporte público, gratuito e de qualidade é uma forma de combater o racismo!

EVENTOS

›› 12º Marcha da Periferia da Brasilândia – 29/11, 14h.

›› Aula de Autodefesa no Sindicato (ECLAT) – 19/12, 11h.